

A riqueza como tempo do bem viver



Por MARCIOPOCHMANN*

Da acumulação material de Aristóteles e Marx às capacidades humanas de Sen, a riqueza culmina em um novo paradigma: o tempo livre e qualificado para o bem viver, desafio que redireciona o desenvolvimento e a missão do IBGE no século XXI

Ao longo da história, a noção de riqueza nunca foi estática. Ela se transformou conforme as mudanças sociais, tecnológicas, políticas e institucionais. O que começou como sinônimo de abundância material e acúmulo de metais preciosos para incorporar o trabalho, a produção, o capital, as instituições e, mais recentemente, as capacidades humanas e os indicadores multidimensionais de bem-estar.

No debate contemporâneo, diante da transição para a Era digital, abre-se a possibilidade de uma inflexão decisiva. Cresce, em âmbito internacional, o entendimento de que a verdadeira riqueza de uma sociedade não pode mais ser reduzida a renda, patrimônio ou Produto Interno Bruto.

Ela se expressa, sobretudo, na capacidade real das pessoas de viverem bem: com dignidade, autonomia, segurança e oportunidades. Em outras palavras, riqueza passa a significar tempo de bem viver - tempo disponível para a convivência, o cuidado, a cultura, o aprendizado, a participação cidadã e a fruição da vida.

A evolução histórica do conceito de riqueza

A definição de riqueza sempre refletiu as concepções dominantes de cada época. Na Antiguidade, especialmente em Aristóteles, a riqueza não era um fim em si mesma, mas um meio para o florescimento humano. Em *Política*, o filósofo distingue a aquisição natural, voltada à vida boa, da acumulação ilimitada - a crematística - considerada artificial e socialmente destrutiva. Desde então, instaurou-se uma tensão fundamental entre quantidade e qualidade, que retorna com força no debate atual.

Na Idade Média, a tradição escolástica, representada por Tomás de Aquino, reforçou os limites morais da riqueza, subordinando os bens materiais à vida comunitária e à realização espiritual. A riqueza permanecia como meio, jamais como finalidade última.

Essa concepção se altera profundamente entre os séculos XVI e XVIII, com o mercantilismo e a fisiocracia. A riqueza passa a ser vista como estoque acumulável - especialmente de metais preciosos - e associada ao poder dos Estados nacionais. Enquanto o mercantilismo vinculou riqueza à balança comercial, à expansão colonial e ao controle estatal, os fisiocratas deslocaram o foco para a produção agrícola, identificando nela a origem do excedente econômico.

A economia política clássica rompeu com a ideia de riqueza como mero estoque. Adam Smith redefiniu a riqueza como o produto anual do trabalho de uma nação, destacando a divisão do trabalho e a produtividade como elementos centrais. David Ricardo aprofundou essa abordagem ao associar riqueza à produção de bens úteis, condicionada pela tecnologia e

a terra é redonda

pela distribuição entre salários, lucros e rendas.

Karl Marx, ao criticar a economia política clássica, recolocou o trabalho e as relações sociais no centro da análise. Para ele, a riqueza material não poderia ser separada da exploração do tempo de trabalho. Ao afirmar que “o verdadeiro reino da liberdade começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade”, Marx antecipou a centralidade do tempo livre como dimensão fundamental da emancipação humana.

A virada neoclássica redefiniu a riqueza como utilidade individual, reduzindo-a a variáveis de mercado e desconsiderando desigualdades, tempo social e valores não monetários. Ao mesmo tempo, ampliou-se o conceito para incluir ativos físicos e financeiros capazes de gerar fluxos de renda ao longo do tempo.

John Maynard Keynes rompeu parcialmente com essa visão ao introduzir as dimensões psicológicas, institucionais e políticas da riqueza. Em um mundo marcado pela incerteza, a riqueza passa a depender de expectativas, confiança e da ação do Estado na coordenação do investimento e do emprego.

Nas últimas décadas, novas abordagens ganharam destaque. Amartya Sen redefiniu a riqueza como o conjunto das capacidades humanas para realizar funcionamentos valiosos, deslocando o foco da renda para a liberdade substantiva. Instituições internacionais e autores como Thomas Piketty passaram a tratar a riqueza de forma mais ampla, incorporando patrimônio, sustentabilidade e bem-estar, além de evidenciar sua concentração crescente.

A riqueza como tempo do bem viver

Inspirada em experiências como *buen vivir*, oriundo de cosmologias andinas e amazônicas, emerge uma concepção de riqueza que recoloca o tempo, a comunidade e a vida digna no centro do debate. Esse novo paradigma, fortemente associado ao Sul Global, ganha força diante da crise climática, da ampliação das desigualdades - inclusive temporais -, da aceleração tecnológica e da precarização do trabalho.

Na Era digital, a aceleração do tempo, a sobrecarga informacional e a intensificação do trabalho tornam evidente que riqueza não é apenas acesso a bens e renda. Ela se manifesta, cada vez mais, na possibilidade de dispor de tempo para viver com qualidade, cuidar, participar da vida coletiva e usufruir da natureza - tempo não capturado pela lógica mercantil.

Assim, a riqueza passa a ser definida como qualidade quantitativa do tempo vivido. O tempo do trabalho vendido cede lugar ao tempo da vida compartilhada. O tempo do bem viver emerge como o novo eixo estruturante da riqueza, articulando liberdade temporal, autonomia, sustentabilidade e qualidade de vida. Trata-se de uma inflexão conceitual profunda, com implicações teóricas, éticas e estatísticas para o século XXI.

O desafio brasileiro e o papel do IBGE

Essa concepção ampliada de riqueza oferece ao Brasil uma oportunidade histórica de redefinir seu projeto nacional de desenvolvimento. Nesse processo, o IBGE ocupa posição estratégica, cabendo à instituição produzir, integrar e difundir informações estatísticas e geocientíficas de múltiplas fontes, capazes de revelar não apenas quanto o país produz, mas como sua população vive - e como pode viver melhor.

Para o IBGE, responsável por garantir transparência pública e orientar a ação do Estado, o desafio vai além da mensuração da produção econômica. É necessário medir as condições concretas da vida como a distribuição do tempo, o acesso ao território, as oportunidades, as desigualdades estruturais e os obstáculos que impedem indivíduos e comunidades de alcançar o bem viver.

A implantação do Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados (SINGED) e do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG), em curso, integra esse processo de modernização institucional. Ao reposicionar o IBGE

como protagonista, o Brasil avança na construção de um projeto que articula democracia, justiça social, sustentabilidade ambiental e soberania informacional.

A riqueza brasileira do século XXI dependerá, acima de tudo, da capacidade de garantir às pessoas tempo para viver com dignidade. E essa garantia exige um Sistema Estatístico e Geográfico mais robusto, confiável e orientado ao bem público.

***Marcio Pochmann**, professor titular de economia na Unicamp, é o atual presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Autor, entre outros livros, de *Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural* (Editora da Unicamp) [<https://amzn.to/46jSkQk>]

Referências

- AQUINO, T. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2001.
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KEYNES, J. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARSHALL, A. *Princípios de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- OCDE. *How's Life? Measuring Well-Being*. Paris: OECD Publishing, 2020.
- ONU. *The Inclusive Wealth Report*. New York: UN, 2022.
- PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- QUESNAY, F. *Tableau Économique*. Paris: INED, 2005.
- RAMIREZ, R. *La vida y el tiempo*. Buenos Aires: CLACSO, 2022.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WALRAS, L. *Elementos de economia política pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA